

Autor:

Filipe Alves Moreira

gomeseanes@gmail.com

Título:

Memória(s) do rei D. Pedro: episódios não incluídos na Crónica de Fernão Lopes

Memoir(s) of king Dom Pedro: episodes not included in the Chronicle of Fernão Lopes

Resumo:

Estudo de episódios da vida do rei D. Pedro I de Portugal não incluídos na Crónica de Fernão Lopes, especialmente de algumas histórias sobre a aplicação da justiça. A transmissão textual e o enquadramento destas histórias revelam modos diferentes de apropriação e construção da imagem deste rei.

Palavras-chave:

D. Pedro de Portugal; memória histórica; tradição manuscrita; historiografia e literatura portuguesa tardo-medieval e alti-moderna.

Abstract:

Study of some episodes about the portuguese king Dom Pedro I which are not included in the chronicle of Fernão Lopes, especially of some stories on this King's relationship with justice. It's textual transmission and framework reveal different meanings.

Keywords:

Pedro I, King of Portugal; historical memory; textual transmission; medieval and early modern Portuguese historiography and literature.

Como citar este artigo:

Filipe Alves Moreira, "Memória(s) do rei D. Pedro: episódios não incluídos na Crónica de Fernão Lopes", in *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 2, 2017, pp. 95-112.

DOI: 10.21747/21839301/gua2a6

MEMÓRIA(S) DO REI D. PEDRO: EPISÓDIOS NÃO INCLUÍDOS NA CRÓNICA DE FERNÃO LOPES¹

Filipe Alves Moreira
CLEPUL – Universidade de Lisboa
IF – Universidade do Porto

«Que partindo dele o reino se perde. E escolher
Tão poucas vezes nos é dado.»

J. M. Fernandes Jorge, *Da Crónica do Rei Pedro. Alguns primeiros capítulos*

Ao contrário do que sucede com outros reinados da primeira dinastia portuguesa, o de Pedro I (r. 1357-1367) não parece ter motivado um conjunto especialmente rico e diversificado de memórias. A imagem deste reinado foi sendo construída, sobretudo, a partir da Crónica que Fernão Lopes lhe consagrou. Existem, contudo, em textos e manuscritos dos séculos XV e XVI, alguns relatos sobre a ação governativa de D. Pedro, ou sobre a sua vida enquanto rei, alheios a esta obra. Não será exagerado dizer que, se a Crónica de Fernão Lopes constitui a narrativa oficial do reinado, estes outros relatos configuram uma memória complementar, por vezes alternativa.

Podemos dividir estes relatos alheios à *Crónica de D. Pedro* em quatro grupos. Em primeiro lugar, temos a lenda² de que, após a morte do rei, Deus tê-lo-ia ressuscitado momentaneamente, de forma a permitir-lhe confessar-se de um pecado (não nos é dito qual³). A primeira atestação conhecida desta lenda ocorre na *Crónica da Tomada de Ceuta*, redigida por Gomes Eanes de Zurara cerca de 1450⁴. O contexto em que aí

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada num congresso realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a sua elaboração foi coordenada com um trabalho de Covadonga Valdaliso também apresentado nesse congresso e publicado no presente nº da revista *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*.

² Uso o termo «lenda», segundo conceitos atuais, com o sentido de narrativa ficcional e de origem incerta. Claro está que, na Idade Média e Época Moderna, a veracidade desta história seria um dado aceite, ao menos por boa parte das gentes.

³ Cristina Pimenta, alegando que o primeiro autor a referir-se à ressurreição de D. Pedro foi Acenheiro (o que não é exato), sugere, interessantemente, que «este tema de inspiração divina pode proceder das insinuações de Fernão Lopes acerca da necessidade de perdoar aos assassinos de D. Inês» (2005: 22). Acrescentaria, pela minha parte, que a centralidade atribuída à confissão (vale dizer, à Igreja) no processo de salvação das almas estará talvez apontando para uma origem clerical da lenda.

⁴ Brasil (1992: 61).

aparece é o de uma exaltação hagiográfica da monarquia portuguesa. A alusão à ressurreição de D. Pedro surge, com efeito, num dos capítulos dedicados aos últimos dias de D. Filipa de Lencastre⁵, em que se conta que a rainha teve uma visão que lhe revelara a sua morte próxima, bem como a partida da armada portuguesa para Ceuta, e vem acompanhada por uma referência ao facto de também a Rainha Isabel, esposa de D. Dinis, ter sabido por revelação divina a data da sua própria morte. Estas alusões a D. Pedro e a Isabel de Aragão servem, na lógica argumentativa de Zurara, para documentar com exemplos históricos o mesmo tipo de fenómenos com que D. Filipa fora agraciada, de modo a convencer os seus potenciais leitores/ouvintes da veracidade do seu relato, todo ele encaminhado para a sacralização da campanha marroquina de 1415. Diz Zurara que os casos sucedidos com D. Isabel e D. Pedro constavam de «histórias». A trecentista *Vida da Rainha Isabel* alude, de facto, a uma visão desse tipo⁶, e pode ter sido ela a fonte do cronista; talvez a ressurreição de D. Pedro constasse, igualmente, de algum escrito anterior, sabida embora a tendência de historiógrafos (medievais e não só) para inventarem fontes escritas para os seus relatos. Por outro lado, é possível que esta alusão de Zurara à ressurreição de D. Pedro reflita certo halo místico que já então envolveria a sua memória e que está presente, como adiante veremos, em pelo menos uma outra história de que é protagonista. Mas pode também acontecer que o que levou Zurara a registar este episódio tenha sido, pelo contrário, a necessidade de contrapor a uma imagem negativa, e talvez bastante difundida, do monarca uma outra, acentuadamente positiva, que, não deixando embora de aludir a um pecado do rei (indício seguro de que a sua memória comportava, por então, o registo de falhas), anulava tudo o que de negativo nele houvesse através de uma intervenção divina. A mesma ambiguidade e o mesmo tipo de lógica contra discursiva ajudarão a compreender o prólogo da crónica de Fernão Lopes, assim como boa parte dos comentários através dos quais este cronista vai glosando diversos episódios que relata. Digamos que a memória do pai do fundador da dinastia de Avis estaria já, em meados do século XV, carregada de luzes e de sombras e que os cronistas oficiais dessa dinastia tentaram dissipar boa parte das segundas, sem que de todo o tenham conseguido; mais adiante, voltarei a este ponto. A história da ressurreição de D. Pedro aparece também em Sumários de Crónicas quinhentistas (por exemplo no de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, escrito em 1535⁷) e no final do último capítulo de alguns manuscritos da Crónica de Fernão Lopes (os que o seu editor crítico, Giuliano Macchi, designa Nf, Ng e

⁵ Este importante e interessante episódio da morte de Filipa de Lencastre na crónica de Zurara merecerá a minha atenção noutra ocasião. É curioso que ele continue sendo considerado, por vezes, um relato fidedigno, quando o que nele sobressai é, quanto a mim, a sua natureza de elaboração literária *a posteriori*, feita a pensar mais no Infante D. Henrique e no seu papel após a morte de D. Duarte, do que na rainha.

⁶ Pode ver-se uma edição desta obra em Brandão (2008). A passagem aqui referida acha-se na p. 522 desta edição.

⁷ Acenheiro (1824: 132).

Pb⁸), não se sabe se a partir do conhecimento da obra de Zurara, se a partir de eventual difusão oral. Com o passar do tempo, e seguindo procedimentos de *amplificatio* muito usados na Idade Média e na Época Moderna, foi sendo progressivamente acrescida de novos elementos. A circunstância de o túmulo do rei se encontrar em Alcobaça acabaria por facilitar a sua posterior adscrição à memória deste mosteiro⁹.

Em segundo lugar, deveremos notar a existência de uma versão da morte de Pero Coelho um pouco mais desenvolvida e dramatizada do que a que aparece no capítulo 31 da Crónica de Fernão Lopes, pois inclui uma fala de Coelho ao seu algoz que o primeiro cronista-mor português, ao que tudo indica, conheceu, mas decidiu omitir. Esta versão dramatizada aparece já no prolongamento da História de Portugal específico de uma das versões da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da responsabilidade do Condestável D. Pedro (por isso recentemente designada de «versão condestabriana») e redigida por volta de 1460¹⁰, cuja fonte principal para o reinado de Pedro I é a Crónica de Fernão Lopes. Regista-se ainda em alguns Sumários de Crónicas quinhentistas, por exemplo no de Acenheiro¹¹, e mesmo num manuscrito da *Crónica de D. Pedro*, cujo copista alterou, nessa passagem, a redação original de Fernão Lopes¹². Pelo menos um poeta do *Cancioneiro Geral*, Luís da Silveira, denota ter tido também conhecimento desta versão dramatizada da morte de Pero Coelho, pois é com base nela que constrói uma parte da sua sátira ao Conde de Vimioso¹³. É muito provável que, quer os Sumários de Crónicas, quer o referido manuscrito da *Crónica de D. Pedro*, quer Luís da Silveira tenham tido conhecimento da versão dramatizada da morte de Pero Coelho através do texto da versão condestabriana da *Crónica de 1344*. Esta, por sua vez, e segundo propôs Teresa Amado¹⁴, deverá ter-se baseado num relato de que também Fernão Lopes se servira, sendo-lhe porém mais fiel que o cronista. Qual fosse a natureza desse relato, é matéria em relação à qual, e com os dados disponíveis, não se poderá ir além da pura especulação. A possibilidade de que Fernão Lopes e os círculos do Condestável D. Pedro tenham tido acesso a materiais comuns sobre o rei D. Pedro não é, em todo o caso, um dado despiciendo, na medida em que sugere como fortemente provável que algumas das fontes narrativas de Fernão Lopes hoje desconhecidas teriam permanecido na órbita da corte após a feitura da sua crónica, sendo ainda consultadas e aproveitadas, pelo menos nos começos da década de 1460.

⁸ Macchi (2007).

⁹ Gomes (2005: 62). O autor deste estudo refere, apenas, a versão, bastante amplificada, que desta lenda fornece Fr. Manuel dos Santos, no século XVIII. Este, por sua vez, indica que o caso de D. Pedro é narrado «pelas nossas histórias», sem que fique claro que «nossas» se refere a histórias do mosteiro, ou a histórias do reino.

¹⁰ Cintra (1990: 539). Sobre esta versão da *Crónica de 1344* veja-se Moreira e Askins (2015).

¹¹ Acenheiro (1824: 126).

¹² Amado (2007a: 66).

¹³ Dias (1978).

¹⁴ Amado (2007a: 66).

A vida de Pedro I enquanto rei foi também objeto de uma memória relacionada com a doação da vila de Almeida a um fidalgo da sua corte. Esta história faz parte de uma coleção quinhentista de ditos, editada por José Hermano Saraiva a partir do COD. 666 da BNP¹⁵. De acordo com o que aí se lê, um rei de Portugal («dizem que era el-rei D. Pedro») estava, numa noite de Inverno, aquecendo-se à lareira, quando ordenou a um moço fidalgo que se pusesse em frente dela, para atenuar o calor das chamas. O fogo foi crescendo de intensidade, tanto que as roupas do pobre moço começaram a arder, sem que, porém, ele (para cumprir o seu dever? Por medo da reação do rei?) abandonasse o seu posto. Quando disto se apercebeu, D. Pedro decidiu recompensá-lo, fazendo-lhe mercê da vila de Almeida¹⁶. Esta pequena história sintetiza na perfeição a mescla de extravagância e liberalidade que marca também vários dos episódios narrados por Fernão Lopes. Se resulta de transmissão oral que o tempo foi mantendo, ou se a sua ligação a D. Pedro nasceu de uma associação de ideias com o que, por tradição ou por leitura da Crónica (ou por ambas), se sabia acerca da personalidade do monarca, é o que talvez jamais saberemos.

Finalmente, conhecem-se pelo menos cinco narrativas centradas em casos de aplicação da justiça por parte de D. Pedro I que não foram incluídas por Fernão Lopes na sua crónica. A primeira é sobre um pedreiro que vinga um assassinato por ordem do rei; a segunda é sobre um homem rico maltratado pelo que pensava ser seu filho; a terceira é sobre um fidalgo que maltrata um lavrador; a quarta é sobre um lavrador que acolhe o rei em sua casa e acaba enforcado por ordem deste, devido a uma revelação divina; e a quinta, que constitui uma outra versão da segunda narrativa, é sobre um frade que manteve relações ilícitas com uma mulher, gerando um filho com ela¹⁷.

Estas narrativas chegaram até nós a partir de diversos testemunhos. Aparecem em certos manuscritos da *Crónica de D. Pedro*, copiadas no seu seguimento. Uma delas, a quarta, para além de presente em alguns desses mesmos manuscritos, surge também em diversos Sumários de Crónicas quinhentistas, o mais antigo dos quais, que deverá

¹⁵ Saraiva (s/d: 20). Sobre esta interessante coletânea, veja-se os estudos de Silva (2004) e Almeida (1998).

¹⁶ O relato termina com um dito (como não podia deixar de ser, dadas as características da coletânea em que se insere), não de D. Pedro, mas de D. Manuel, o qual, perante a iniciativa de um seu moço fidalgo de dirigir-se para a frente da chaminé a que o rei se aquecia, disse-lhe: «tir-te lá, que já Almeida é dada!». Uma investigação, que aqui não cabe, sobre esta povoação no tempo de D. Pedro I e de D. Manuel ajudará talvez a compreender um pouco melhor este dito e a história que lhe serve de base. Numa outra coletânea de ditos e anedotas quinhentistas (editada em Lund, 1980: 163-164), a história da lareira tem como personagem D. Afonso V e serve para explicar a doação do senhorio de Abrantes a Lopo de Almeida, o célebre autor das «Cartas de Itália». Mas há, entre a versão protagonizada por D. Pedro e a versão protagonizada por Afonso V, algumas e interessantes divergências, que estão em linha com as imagens tradicionais de ambos (o bonacheirão, mãos largas e mais amado que temido Afonso V, por contraponto ao instável e tão amado quanto temido D. Pedro).

¹⁷ Circulou também, no século XVI, uma outra variante desta narrativa, em que os protagonistas são o próprio D. Pedro e Teresa Lourenço, a sua amante que, como é sabido, foi mãe do rei D. João I. Porque o tratamento desta outra variante exige um desenvolvimento mais amplo, reservo-me outra ocasião para dela me ocupar.

ser da primeira década do século XVI, é o do ms. Alc. 290 da BN¹⁸. As três primeiras foram incluídas, em 1600, nas *Crónicas Reformadas dos Reis de Portugal* escritas por Duarte Nunes de Leão¹⁹, assim tendo feito a sua estreia na imprensa; e uma outra, a primeira, foi resumida, com importantes variantes em relação aos outros testemunhos, por António Pereira Marramaque, o senhor de Basto, numa interessante carta escrita em 1558 e dirigida a Fernão da Silveira²⁰.

Estou a desenvolver uma investigação que procura estudar, de forma o mais possível integrada, todas estas memórias do reinado de Pedro I complementares ou alternativas em relação à sua Crónica, das quais parece poder depreender-se a existência de dois traços salientes, mas não necessariamente interrelacionáveis: a de um rei justiceiro (conceito que poderá entender-se quer em tom de elogio, quer em tom de censura) e a de um rei divinamente inspirado e favorecido. De momento, centrar-me-ei especialmente nas cinco narrativas de aplicação da justiça não incluídas por Fernão Lopes no seu texto, mas presentes em alguns manuscritos da *Crónica de D. Pedro*.

Tal como sucede com todos os outros relatos há pouco mencionados, também estas cinco breves histórias não parecem ter suscitado o interesse da crítica. O general Morais Sarmiento, num estudo ideologicamente marcado pelo anticlericalismo republicano de princípios do século XX²¹, considerou três destas narrativas (as três primeiras, únicas que aparentemente conhecia) como decorrentes de uma campanha de negativização da imagem do rei, iniciada já por sectores clericais contemporâneos de D. Pedro e descontentes com a sua política, e refletida depois por Fernão Lopes e sucessivos historiógrafos. Morais Sarmiento apontou também²² a semelhança de uma destas cinco histórias (a do pedreiro) com um episódio atribuído ao rei Pedro I de Castela, e considerou que as três histórias que surgem na obra de Duarte Nunes de Leão, mas não na de Fernão Lopes, teriam sido inventadas pelo próprio Duarte Nunes, ideia que, no entanto, e à vista dos manuscritos subsistentes, não tem fundamento. Damião Peres, na sua introdução à reedição da *Crónica de D. Pedro*²³, para além de contestar a interpretação global avançada por Morais Sarmiento, vê estas histórias como fazendo

¹⁸ Num pormenorizado estudo deste manuscrito, Lindley Cintra considerou que o autor do Sumário de Crónicas aí presente foi Duarte Galvão, mas essa atribuição não está isenta de dúvidas. Veja-se, repetidamente, Cintra 1999 e Moreira 2013. Ao contrário do que inicialmente defendi, parece-me hoje cada vez mais claro que Duarte Galvão não foi o autor do sumário em questão. Este manuscrito está disponível *on-line*, através do sítio da Biblioteca Nacional de Portugal: purl.pt/24117. Não é correta a atribuição, aí feita, da autoria de uma parte deste Sumário a Rodrigues Acenheiro.

¹⁹ Nunes de Leão (1975: 313-315).

²⁰ Miguel (1980: 213).

²¹ Sarmiento (1924).

²² Sarmiento (1924: 525-526).

²³ Lopes (1932). É de notar que as posteriores reedições deste volume contêm notáveis alterações que o próprio Damião Peres foi introduzindo no seu texto.

parte de uma lenda do rei justiceiro, que foi sendo elaborada por via oral no decorrer dos séculos. Mais recentemente, Giuliano Macchi limita-se, na sua edição da *Crónica de D. Pedro*, a assinalar-lhes a existência em alguns manuscritos desta Crónica. Teresa Amado tem-nas também em conta num dos seus trabalhos e vai mais longe, afirmando que «a aposição destas pequenas histórias no próprio manuscrito, como a servir de complemento à crónica, tem um interesse direto para a nossa compreensão do método seguido pelo cronista, profundamente diferente do que se observa ter sido por ele usado nas outras crónicas»²⁴. Amado nota ainda que «neste intento de continuação se pode ver uma evidência do tipo de rasto histórico deixado por esta figura difícil de classificar, tão capaz de provocar ódio como admiração, exprimindo a sua natureza algo desadaptada perante as circunstâncias da vida através de um conjunto aleatório de histórias avulsas e irredutivelmente ímpares». A minha interpretação destas narrativas assume-se como devedora desta linha de leitura, procurando desenvolvê-la e, posteriormente, relacioná-la com os restantes elementos da «memória alternativa» de D. Pedro.

Vejamos, para começar, quais os manuscritos da *Crónica de D. Pedro* que as contém e como se terá processado a sua transmissão.

Dos 52 manuscritos desta Crónica atualmente conhecidos²⁵ (48 dos quais são tidos em conta por G. Macchi na sua edição), 7 contêm as referidas narrativas. São eles, de acordo com as designações que lhes atribui Macchi, Af²⁶, Ag²⁷, Ca²⁸, La²⁹, Ni³⁰, Np³¹ e Tb³², quase todos do século XVI, a que se poderá juntar a edição da responsabilidade do Padre José Baião, de 1735³³, possivelmente feita a partir de La, embora, tendo sido esse o caso, devamos admitir que o Padre Baião tenha inserido as narrativas no interior da Crónica. Não consultei o manuscrito Ca. Tudo o que dele sei tem por base as indicações fornecidas por Giuliano Macchi.

Um destes códices, Np, contém as cinco narrativas. Ni e Ag têm todas, exceto a quinta, sobre o frade que manteve relações ilícitas. Tb e La têm as três primeiras (que são também as únicas que aparecem na edição do Padre Baião). Af tem apenas a do pedreiro e a do homem rico maltratado pelo que pensava ser seu filho e Ca,

²⁴ Amado (2007b: 194).

²⁵ O elenco mais completo é o da base de dados eletrónica BITAGAP. Veja-se o texid 1063 desta base de dados.

²⁶ Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 49-XI-60.

²⁷ Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 49-XI-61.

²⁸ Muge, Biblioteca da Casa Cadaval, M-VIII-9.

²⁹ London, British Library, Add. 20945.

³⁰ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 824.

³¹ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 11056.

³² Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mss. da Livraria 496.

³³ Fernão Lopes (1735).

aparentemente, contém a do lavrador que acolhe o rei em sua casa e acaba enforcado e a do frade que manteve relações ilícitas com uma mulher.

Em todos estes manuscritos, as narrativas são introduzidas por uma declaração de copista. Em Af, La, Ni, Np e Tb a declaração é idêntica, salvo ligeiras variantes:

«Deste Rej dom p^o comtão algũas cousas e afyrmão *por* mujto certas dado caso *que* ho cronjsta as não comte» [Np].

A afirmação do copista de Ag, apesar de mais extensa, é visivelmente semelhante:

«Mtos mais cazos dos q se refere nesta chronica se contão delRej d P^o os quais tambem se não achão escritos ã dte nunez de leão³⁴ maris mel de faria E gariuaj ou porq os não alcançarão ou porq os tiverão por menos çertos acheyos ã hũs manuscriptos por iço os refiro neste lugar cõ estas saluas» [Ag].

Ao passo que a afirmação do copista de Ca é a mais breve de todas e serve de título às narrativas que introduz:

«Cousas e feitos do djto Rej dom pedro» [Ca].

Estes factos permitem avançar, desde já, três conclusões. Em primeiro lugar, os copistas de todos estes manuscritos têm consciência de que estão a incluir matéria alheia à *Crónica de D. Pedro* e fazem questão de deixar isso bem claro, não apenas porque inserem as narrativas após o final da *Crónica*, mas também pelas palavras usadas pela maior parte deles («dado caso que o cronista as não conte» e «muitos mais casos dos que se referem nesta crónica se contam»). A segunda conclusão a tirar é a de que estas narrativas não terão sido criadas, mas sim reproduzidas, pelos copistas destes manuscritos, segundo se infere da expressão «contam algumas coisas e afirmam» e da expressão «se contam». A terceira conclusão é a de que a coincidência global entre todos os manuscritos, exceto Ca, na frase que introduz as narrativas significa, certamente, que a iniciativa de transcrição de pelo menos algumas dessas narrativas – já veremos quantas e quais – partiu de um único copista, cujo manuscrito serviu de modelo, direta ou indiretamente, para outros.

Analisando com mais detalhe cada um destes manuscritos é possível atingir outras conclusões. Certas características de Np, de Ni e de Ag permitem afirmar que, apesar de estes manuscritos conterem quatro ou cinco narrativas, o exemplar da *Crónica de D. Pedro* que lhes serviu de modelo principal continha somente três dessas narrativas: a do pedreiro que vinga um assassinato por ordem do rei; a do homem maltratado pelo que pensava ser seu filho; a do fidalgo que maltrata um lavrador.

³⁴ A menos que o copista se refira aqui a uma obra de Duarte Nunes que não as *Crónicas Reformadas*, esta afirmação não corresponde à realidade.

Em Np, essa circunstância é visível através das palavras do seu copista. Para além de nos ter deixado o seu nome, Cristóvão Moniz, e de nos ter fornecido o ano em que o seu trabalho foi concluído, 1568, este copista afirma ainda, no seguimento da transcrição das referidas três narrativas:

«Isto daqj p^a bajxo q fala na vyda [~~de Rey~~] e obras del Rey dom p^o o prm^o deste nome tyrey dũa cronjca do acypreste do propyo Rej».

Prosseguindo com a transcrição da narrativa do lavrador que acolhe o rei na sua casa e acaba enforcado por ordem deste e com a narrativa do frade que tem relações ilícitas com uma mulher. É portanto claro que este copista se serviu de dois manuscritos diferentes: um deles era uma cópia da *Crónica de D. Pedro* que continha já, no seguimento da Crónica, três narrativas adicionais; o outro era um manuscrito que continha, pelo menos, as duas narrativas restantes e estava na posse de um certo arcipreste³⁵. Com base na descrição que G. Macchi fornece de Ca, é possível adiantar a hipótese de que este segundo manuscrito seria o próprio Ca.

Em Ni verifica-se também uma clara separação entre as três narrativas iniciais e a quarta, a do lavrador que acolhe o rei em sua casa e acaba enforcado. Após ter transcrito as primeiras três narrativas, Ni insere um resumo da vida de D. Pedro, começando com o seu casamento com D. Constança Manuel. É no interior deste resumo que surge a narrativa do lavrador enforcado, facto que indicia que o exemplar da *Crónica de D. Pedro* que lhe servia de modelo continha unicamente as três narrativas iniciais, devendo-se ao próprio copista de Ni o acrescento de um resumo sobre a vida do rei e a inserção, no interior desse resumo, da narrativa do lavrador enforcado.

Ag, por sua vez, tem uma característica que o singulariza, na medida em que o acrescento das narrativas resultou de uma iniciativa posterior à do copista que transcreveu a *Crónica de D. Pedro*. As narrativas ocupam, com efeito, neste manuscrito, dois fólhos escritos por mão e tinta diferentes das que se verificam na cópia da Crónica de Fernão Lopes que os antecede; além disso, esses dois folios são mais largos do que os da *Crónica de D. Pedro*. Neste caso, o acrescento das narrativas foi, portanto, material, ao contrário do que sucede nos restantes testemunhos. De acordo com as palavras que introduzem as narrativas em Ag, o responsável pela sua inserção neste

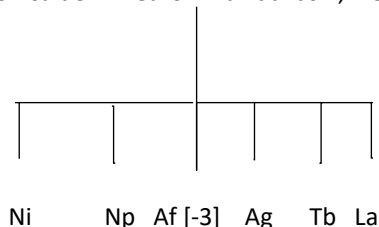
³⁵ Vista isoladamente, a expressão «cronica do arcipreste do próprio rei» poderia fazer pensar numa hipotética, e hipoteticamente antiga, crónica sobre D. Pedro escrita por um certo arcipreste, que teria sido conhecida pelo copista de Np. Basta, porém, a consideração global do manuscrito para afastar essas conjeturas. Com efeito, e como várias vezes sucede, a *Crónica de D. Pedro* não aparece sozinha neste manuscrito, mas sim antecedida pela *Crónica de Afonso IV*, de Rui de Pina, e seguida pela *Crónica de D. Fernando*. Após a conclusão da *Crónica de Afonso IV*, o copista Moniz declara que copiou essa crónica a partir de dois exemplares, um deles pertencente a um arcipreste de Lisboa. Este arcipreste, demonstra-o e exige-o a coerência textual, é o mesmo que é referido na nota que antecede a transcrição das duas últimas narrativas sobre D. Pedro copiadas no seguimento da sua crónica. Ora, se esse arcipreste possuía uma cópia da *Crónica de Afonso IV* de Rui de Pina, que foi redigida nos princípios do século XVI, é claro que (i) ele era contemporâneo do copista de Np, e (ii) era possuidor (e não autor) de crónicas.

códice achou-as «ẽ hũs mauscriptos» (note-se o plural, que indicia o uso de pelo menos dois exemplares). Se tivermos em conta que a narrativa do lavrador enforcado é a última a ser transcrita, poderemos admitir que um desses exemplares conteria somente as três narrativas iniciais.

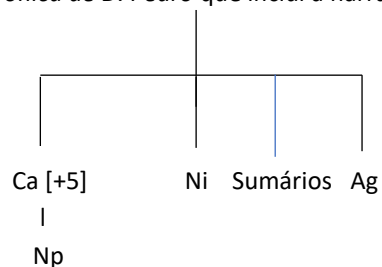
Uma vez que Tb e La contêm apenas, e precisamente, as três narrativas que supomos terem feito parte dos modelos principais de Ag, de Ni e de Np, e uma vez que Af tem somente duas dessas três narrativas, podemos também concluir que estes seis manuscritos estão relacionados entre si, partilhando um antecedente comum ou sendo, um deles, o antecedente comum dos restantes. Em qualquer dos casos, esse antecedente comum seria uma cópia da *Crónica de D. Pedro*, seguida de três narrativas introduzidas por uma declaração de copista. O cotejo destes seis códices, juntamente com a ponderação do «stemma» traçado por G. Macchi com base, exclusivamente, no texto de Fernão Lopes, permite dizer que o manuscrito em que se terá verificado o acrescentamento inicial dessas três histórias não é nenhum dos atualmente conhecidos. Terá existido, portanto, um manuscrito, hoje perdido ou desconhecido, do qual descendem, direta ou indiretamente, estes seis.

Por outro lado, a colação e a cronologia relativa dos textos e manuscritos aqui considerados permite avançar a hipótese (que julgo muito dificilmente contestável) de que a quarta narrativa, a do lavrador que acolhe o rei em sua casa e acaba enforcado por ordem deste, foi inicialmente incluída no Sumário de Crónicas do ms. Alc. 290 da BN, tendo sido a partir deste Sumário que os copistas de Ag, Ni, Ca e Np o transcreveram, direta ou indiretamente. Este mesmo Sumário foi ainda a fonte de outros Sumários quinhentistas, por exemplo o que redigiu Rodrigues Acenheiro. Quanto à quinta narrativa, presente unicamente em Ca e em Np, apenas me resta supor que a sua inclusão se deve ao próprio copista de Ca, tendo este, posteriormente, servido de modelo a Np. Posso, assim, apresentar o seguinte esquema sobre a transmissão textual conhecida destas cinco narrativas, nos seus estádios iniciais:

**Crónica de D. Pedro* + narrativas 1, 2 e 3



Sumário de Crónicas ms. Alc 290 BN
[resumo da *Crónica de D. Pedro* que inclui a narrativa 4]



Estamos perante um processo de diástole, em que sucessivos copistas vão acrescentando matéria ausente no texto de Fernão Lopes. Não parece possível, com os dados atualmente conhecidos, determinar a origem destas histórias que, atendendo à data dos testemunhos subsistentes e ao esquema aqui proposto, estariam já em

circulação *pelo menos* desde o início do século XVI. É possível que o copista responsável pela inserção inicial de três destas narrativas estivesse a acolher tradições orais. António Pereira Marramaque, que resume uma delas na sua carta a Fernão da Silveira, diz que a ouviu contar a seu sogro, o qual, por sua vez, a ouviu contar a pessoas de idade quando era ainda uma criança³⁶; e o facto de a quinta narrativa constituir, basicamente, uma variante da segunda, poderá apontar no mesmo sentido de transmissão/reelaboração oral. A falta de elementos mais concretos e a especial complexidade das relações entre escrita e oralidade (aquela nem sempre sendo o ponto de chegada desta e sim, por vezes, ponto de partida, sendo ainda de considerar que a escrita implica, por norma, a atualização de códigos e convenções diversos dos da oralidade, o que faz com que, em rigor, talvez não se deva falar de um mesmo texto em versão oral e escrita) aconselham, porém, a manter em aberto outras hipóteses e conjeturas acerca da sua origem³⁷.

Independentemente da origem destas cinco histórias, podemos tirar algumas conclusões acerca do seu processo de transmissão conhecido. A inclusão destas narrativas em manuscritos que contêm a *Crónica de D. Pedro*, ou resumos desta mesma crónica, obedece, desde logo, ao propósito de completar a informação fornecida por Fernão Lopes. A evolução da produção historiográfica ao longo da Idade Média e da Época Moderna mostra como era frequente o progressivo aumento da matéria com vistas à elaboração de textos e compilações cada vez mais «completos» e «informativos». E esse aumento ocorria de diferentes formas, sendo uma delas precisamente a cópia, no seguimento de uma crónica, de episódios ou informações relativos a personagens ou à época de que se ocupava essa mesma crónica. Apesar de ainda muito pouco estudado, este mecanismo foi também muito utilizado no decorrer do processo de transmissão das crónicas portuguesas, e o reinado de D. Pedro não foi o único a que se aplicou. Ficando-me por um exemplo especialmente significativo, existe um manuscrito da (assim vulgarmente chamada) *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende (redigida ca. 1530), em que se verifica um fenómeno em tudo semelhante ao dos manuscritos da *Crónica de D. Pedro* que tenho vindo a considerar: após ter concluído a transcrição dessa crónica, o copista acrescentou diversos episódios que dela não constam, com o propósito explícito de completar a informação disponível sobre esse rei³⁸. A junção de novas informações a um relato previamente estruturado podia servir-se, contudo, de diferentes métodos, e a forma como nos chegaram estas narrativas sobre o rei D. Pedro é disso um bom exemplo. Se tivermos em conta o esquema de transmissão destas narrativas aqui proposto, verificaremos que os primeiros

³⁶ Miguel (1980: 213).

³⁷ Tampouco o recurso a formas verbais como «contam» ou «afirmam» na introdução destas histórias poderá ser tomado como indício de génese escrita ou oral. Quer em textos medievais, quer em textos da época moderna, essas expressões têm, indistintamente (por vezes no decorrer do mesmo texto), como referente o universo da escrita ou o da oralidade.

³⁸ Manuscrito da Biblioteca da Ajuda com a cota 47-XIII-26. Os episódios desconhecidos da vida de D. João II presentes neste manuscrito foram editados em Moreira (2015).

responsáveis pela sua inclusão juntamente à matéria da Crónica de Fernão Lopes recorreram a duas estratégias diferentes: um deles copiou três narrativas após a transcrição da Crónica, ou seja, *compilou*³⁹; o outro, pelo contrário, inseriu uma narrativa no interior da própria matéria oriunda dessa mesma crónica sem que tal fosse indicado, ou seja, *refundiu*. Ao contrário do que sucede com a primeira, a segunda destas estratégias, seguida pelo, para nós, anónimo autor do Sumário do ms. 290 Alc BN, neutraliza a diferença entre produção textual e reprodução textual, neutralização habitualmente considerada típica da Idade Média, tendo sido posteriormente substituída por práticas que tendiam a separar de forma progressivamente mais nítida as funções e os métodos de quem produzia (autor) e de quem reproduzia (copista ou impressor) os textos. A neutralização da diferença entre produtores e reprodutores textuais prolongou-se, porém, até (pelo menos) bem entrado o século XVI, e este Sumário é disto mesmo uma boa amostra⁴⁰. Que o trabalho deste anónimo redator foi efetivamente o de uma refundição, vê-se ainda por outras alterações feitas ao texto da *Crónica de D. Pedro*, por exemplo a omissão do episódio protagonizado por mestre Gonçalo das Decretais, de que Fernão Lopes trata no capítulo 5 da sua Crónica e é justamente o primeiro caso concreto de aplicação da justiça por parte do rei presente nesta obra⁴¹.

Mas é interessante notarmos que a esta diferença de estratégias redacionais e de transmissão textual correspondem diferenças quanto ao conteúdo e, sobretudo, quanto à valorização das histórias acrescentadas ao texto de Fernão Lopes pelo copista que primeiro as juntou na sequência da Crónica, pelo anónimo autor do Sumário e por outros responsáveis por essa mesma junção. Começamos por atentar no caso do lavrador que acaba enforcado, e na atitude do autor do Sumário do ms. 290 Alc. BN perante ela. Esta história está cheia de elementos tradicionais que sinalizam a intromissão do mundo sobrenatural no mundo natural (ou a mescla de ambos): o motivo da personagem que se perde, frequentemente no decorrer de uma caçada (ação que creio estar também aqui presente, através da alusão inicial de que D. Pedro se perdeu

³⁹ Uso o termo no seu sentido atual; como é sabido, para os medievais (e este hábito persistiu ainda nos princípios da época moderna), «compilar» era frequentemente sinónimo de «escrever», «produzir um texto».

⁴⁰ Não será de mais insistir em que esta distinção entre práticas e conceções de produção e reprodução textuais «medievais», por oposição a «modernas» deve ser vista de forma indicativa, considerando-se cada uma destas atitudes não como exclusivas, mas sim como tendencialmente maioritárias dentro de cada um desses períodos históricos. A necessidade de termos em conta diversos outros fatores (por exemplo, não apenas as diferenças cronológicas, mas também as genológicas ou geográficas) e de pormos em causa esquemas mais ou menos rígidos acerca da suposta alteridade medieval no que diz respeito aos mecanismos de produção, fixação e reprodução textuais têm ocupado ultimamente as atenções de diversos investigadores. Veja-se, entre outros, Augustín (2010).

⁴¹ Esta omissão, por sua vez, levou Rodrigues Acenheiro (cuja fonte principal é o Sumário do ms. 290 BN Alc.) a inserir o episódio de mestre Gonçalo das Decretais após o relato do lavrador que acaba enforcado (Acenheiro, 1824: 122). A história de mestre Gonçalo, que em Fernão Lopes abre a narração de casos concretos de aplicação da justiça tem, portanto, em Acenheiro, a função oposta de encerrar esse bloco temático.

«em hum momte»); o homem de baixa condição que vive isolado; a morte de um criminoso no mesmo local onde praticara um crime. Estes elementos têm uma função bem precisa: dotar D. Pedro com as características de uma personagem divinamente inspirada, o que aliás é ainda realçado pelas palavras postas na boca do lavrador, que reconhece isso mesmo⁴². Por sua vez, a inserção desta história, com estes elementos sacralizadores, no bloco temático dedicado à aplicação da justiça por parte de D. Pedro, serve para impregnar a sua ação de um halo místico destinado a afastar leituras negativas que os restantes casos poderiam suscitar: se o rei era divinamente inspirado, todos os seus atos seriam justos, ainda que pudessem não parecê-lo. Para esta mesma conclusão apontam, ainda, as palavras finais do autor do Sumário, estrategicamente colocadas após a narração deste mesmo caso do lavrador enforcado, o último de que dá conta: «Diziase ser espirado de graça devina e allcansar a verdade das couzas como por revellaçam como acomteceo em outras allgumas couzas e justiças que fez das quais sua Caronica não faz memçom mas sam mui sabidas» (folio 57r).

A estratégia do autor do Sumário do ms. 290 Alc. BN assemelha-se muito à de Fernão Lopes, no uso de glosas e comentários que visam descodificar os *verdadeiros* sentidos dos atos de D. Pedro, lendo-os em chave claramente positiva. Ambos estes autores terão sido levados a isso, segundo me parece, pela existência e circulação de imagens ambíguas, contraditórias, ou mesmo pouco abonatórias acerca da atuação do rei. Por outras palavras: quer no tempo de Fernão Lopes, quer no do autor do Sumário Alc. 290 BN, D. Pedro seria já «o cruel» (fosse-lhe ou não aplicado este epíteto, em concreto⁴³), e dele se contariam episódios que comprovavam essa faceta. Daí a necessidade de ambos estes autores neutralizarem essa percepção através de um enquadramento diferente desses mesmos (ou de outros) episódios⁴⁴. E se Fernão Lopes não foi além da lei humana, socorrendo-se de Egídio Romano e outras autoridades que explicavam como era a relação do governante ideal com a justiça, e incluindo D. Pedro entre tais governantes, já o autor do Sumário juntou outro aspeto ao retrato do

⁴² «ele [o lavrador] rrespomdeo que çerto aquela morte vynha per Deus ordenada e nam por ele [o rei] porqamto avya pougo que matara huom homem de noyte» (folio 57r).

⁴³ Provavelmente, sim, era-o, pelo menos em princípios do século XVI, segundo se vê pela própria epígrafe com que o Sumário encabeça a narração deste reinado: «Sumario da caronjca delRey dõ pedro o cruu primeiro deste nome e oytavo rey de purtuquall» (folio 55v). Até a circunstância de este Sumário acolher este epíteto apesar de toda a sua lógica discursiva o desmentir mostra bem como, já em inícios do século XVI, a imagem do rei era contraditória.

⁴⁴ A lógica contradiscursiva que assumo estruturar os relatos de Fernão Lopes e do autor do Sumário do ms. 290 Alc. acha-se perfeitamente explicitada em textos quinhentistas. Considere-se, a título de exemplo, a seguinte passagem de um Sumário de Crónicas saído dos prelos do impressor régio João Álvares em 1570 (e não está de mais salientar a enorme importância que tiveram estes Sumários na preservação e constituição da memória histórica): «lhe chamarão [a Pedro I de Portugal] o cru mas este nome mais hera delrey dõ pedro de castella que deste [...] assy que elrey dõ pedro de portugal foi justicooso e nã cru» (*Summario* 1570, folios não numerados). Uma opinião rigorosamente oposta a esta seguiu, no final do século, Duarte Nunes de Leão, o qual, apreciando as histórias sobre D. Pedro desde um ponto de vista típico de um desembargador, salientou que o rei não era justiceiro, mas sim cruel (Nunes de Leão, 1975: 309-310).

monarca: a inspiração divina por detrás dos seus atos. Não seria uma faceta totalmente inédita, segundo o demonstra a lenda da ressurreição já presente nas páginas de Zurara, e o contexto em que ela é referida por este cronista. Mas repare-se que Zurara não associa o carácter inspirado de D. Pedro à sua forma de entender e praticar a justiça. Essa associação, que sabemos, surge pela primeira vez na pena de quem redigiu o Sumário do ms. Alc. 290 BN, no comentário que insere após a narração dos episódios e atrás transcrevi. Um pouco depois, Rodrigues Acenheiro reforçará a ideia de que D. Pedro praticava, sempre, a justiça por inspiração divina, relacionando essa característica com a lenda, que também acolhe, da ressurreição do monarca: «Diz-se que por a justiça seguir que sendo sua allma fora do corpo per espaço Deos quis que tornasse a comfeçar hum pecado que sem asollviçam delle nom podia ser sallvo e assim está em gloria com Deos»⁴⁵. A inspiração divina por detrás dos atos de justiça do rei será, mais tarde, sustentada também por António Pereira Marramaque, alimentando uma lógica discursiva não menos comprometida que a do autor do Sumário e a de Acenheiro. Enquanto estes usaram as alusões à inspiração divina para justificar aspetos da conduta de D. Pedro que poderiam ser alvo de censura e reprovação, Marramaque, em contexto fortemente contestatário das medidas anti senhoriais adotadas pela realeza do seu tempo, usa-as para fazer de D. Pedro um exemplo de como os reis antigos, ao contrário dos atuais, sabiam ser justos: «Esta maneyra de justiça he a de Deos q não a deste nosso tempo»⁴⁶, diz Marramaque, como conclusão do episódio que narra, e que não aparece na Crónica de Fernão Lopes⁴⁷.

Com tudo isto, ou com muito disto, contrasta a atitude do copista que, aceitando-se o esquema atrás proposto, primeiro inseriu três casos no seguimento da *Crónica de D. Pedro*. Ao contrário do que se verifica no conteúdo da história acrescentada pelo anónimo redator do Sumário do ms. Alc. 290 BN, os três casos que esse desconhecido copista juntou à *Crónica de D. Pedro*, se comportam elementos novelescos que em nada destoariam num qualquer *Decameron*, nada têm de sobrenatural. E, tanto quanto os testemunhos subsistentes permitem perceber, esses casos também não foram, no momento inicial da sua recolha, acompanhados por nenhum comentário que os glosasse, apontando-lhes alguma espécie de chave de leitura. Tudo quanto poderemos deduzir da forma como o copista os encarava, é que os considerava verdadeiros, tão verdadeiros quanto os da Crónica; verdadeiros, e merecedores de serem contados. Contudo, e ao contrário do que fizeram o redator do Sumário de Crónicas do ms. Alc. 290 BN, Rodrigues Acenheiro e António Pereira Marramaque (e, antes deles, Fernão Lopes), esse copista parece que não subordinou a narração de casos do rei D. Pedro a

⁴⁵ Acenheiro (1824: 132).

⁴⁶ Miguel (1980: 213).

⁴⁷ Também a forma como Marramaque introduz a narração do mesmo episódio salienta o carácter divinamente inspirado das ações do monarca: «El Rey Dom Pedro em qm Deos espirou de just^a fes neste cazo hua justiça ensinada por Deos e não anda escrita na sua Chronica, porem passou assy» (Miguel, 1980: 213).

uma lógica argumentativa global, destinada a construir um retrato global do monarca, a defender ou a contestar pontos de vista. Contou-os, segundo parece, e simplesmente, porque sim, porque deles tinha conhecimento e verificou que o cronista cuja obra acabara de copiar falara de outros casos, mas não desses. A esta sua atitude, e às sucessivas cópias que dessas histórias se foram fazendo, devemos nós três outras «memórias» do rei D. Pedro, preciosas porque aparentemente não filtradas por motivações alheias à narração pela narração.

Bibliografia:

- Acenheiro, Cristóvão Rodrigues (1824), *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Inéditos de História Portuguesa, Lisboa, Academia Real das Sciencias.
- Almeida, Manoel Mourivaldo (1998), “Dos Ditos portugueses dignos de memória”, in *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, 2, pp. 233-239.
- Amado, Teresa (2007a), *O passado e o presente: ler Fernão Lopes*, Lisboa, Editorial Presença.
- Amado, Teresa (2007b), “Questões textuais sobre manuscritos das Crónicas de Fernão Lopes”, in A. López Castro y L. Cuesta Torre (eds.), *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, León, Universidad de León, pp. 191-196.
- Augustín, Kevin Perromat (2010), *El plágio en las literaturas hispánicas: historia, teoría y práctica*, Dissertação policopiada, Université Paris-Sorbonne. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00992391/document>
- Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses (BITAGAP), coord. Arthur Lee-Francis Askins. URL: http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_en.html
- Brandão, Francisco (2008), *Monarquia Lusitana*. Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda [1ª ed.: Lisboa, João da Costa, 1672].
- Brasil, Reis (1992), *Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*, introdução e edição de Reis Brasil, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, (ed. 1990), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda e Academia Portuguesa da História, vol. IV.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1999), “Sobre o códice Alcobacense 290 (antigo 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)”, in Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Cosmos.

- Dias, Aida Fernanda (1978), *O Cancioneiro Geral e a poesia peninsular de quatrocentos. Contactos e sobrevivência*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Gomes, Saul António (2005), “O mosteiro de Alcobaça e D. Pedro I”, in *Colóquio Inês de Castro. Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Lopes, Fernão (1735), *Chronica DelRey D. Pedro I*, edição e comentário de José Pereira Baião, Lisboa, Manuel Fernandes da Costa.
- Lopes, Fernão (1932), *Crónica de D. Pedro I de Fernão Lopes*, int. de Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora.
- Lund, Christopher C (ed. 1980), *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista. Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Macchi, Giuliano (2007), *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes*, edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, 2ª edição, revista, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Miguel, António Dias (1980), “António Pereira Marramaque, senhor de Basto. Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, t. XV.
- Moreira, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.
- Moreira, Filipe Alves e Askins, Arthur Lee-Francis (2015), “A Crónica de 1344 para além de Pedro de Barcelos: perspetivas recentes e novidades”, in *eHumanista*, 31 [Monograph: Homenagem a Aida Fernanda Dias oferecida pelos seus colegas de *Philobiblon*], pp. 64-79. URL: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/31>
- Moreira, Filipe Alves (2015), “Episódios do reinado de D. João II num manuscrito do Palácio da Ajuda (1538)”, in *Fragmenta Historica. Revista do Centro de História da Universidade Nova de Lisboa*, 3, pp. 116-128.
URL: http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/revista/revista_numero_2015.html
- Nunes de Leão, Duarte (1975), *Crónicas dos Reis de Portugal*, Coleção «Tesouros da Literatura e da História», Porto, Lello e irmão [1ª ed.: Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1600].
- Pimenta, Cristina (2005), *D. Pedro I*, Coleção «Reis de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores.
- Saraiva, José Hermano (ed. s/d), *Ditos portugueses dignos de memória*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Sarmiento, Morais (1924), *D. Pedro I e a sua época*, Porto, Imprensa Portuguesa.

Silva, Mário Justino (2004), *O rei e os nobres: imagens do quotidiano nos ditos portugueses dignos de memória*, Cascais, Patrimonia.

Summario das Chronicas dos Reys de Portugal, Coimbra, João Álvares, 1570 [fac-simile: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1981]